

FRÓES, Oswaldo; SILVA, Ademir Baptista. **Direito médico**: a prática da medicina; o contrato médico-paciente; aspectos jurídicos. São Paulo: Edição dos Autores, 2015. 444 p.

FRÓES, Oswaldo; SILVA, Ademir Baptista. **Direito médico**: a prática da medicina; o contrato médico-paciente; aspectos jurídicos. São Paulo: Edição dos Autores, 2015. 444 p.

---- *Localização: 61:34 / F922d*

CAPÍTULO I—1

1. HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA. ORIGENS. MEDICINA. A LENDA. UM POUCO DA HISTÓRIA. MEDICINA DO EGITO ANTIGO.—1
2. MEDICINA DA GRÉCIA ANTIGA. A LENDA. INFLUÊNCIA EM ROMA.—5
3. A RESPONSABILIDADE DILUÍDA—8
4. JURAMENTO HIPOCRÁTICO.—9
5. O PROGNÓSTICO SEGUNDO A MEDICINA HIPOCRÁTICA—10

CAPÍTULO II—15

1. A INTIMIDADE DO PACIENTE E O DIREITO DE PERSONALIDADE. A MISSÃO DO MÉDICO.—15
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. A MEDICINA FAMILIAR. AS MUDANÇAS SOCIAIS.—20

CAPÍTULO III—25

1. A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE. NATUREZA DO CONTRATO MÉDICO-PACIENTE.—25
2. OBJETO DO CONTRATO: CURAR, CUIDAR, MODIFICAR—31
3. O CONSENSO—33

4. CONTRATO ONEROSO—34
5. CONTRATO COMUTATIVO—34
6. ASPECTOS PRINCIPAIS DO PRONTUÁRIO E DEMAIS ANOTAÇÕES DO MÉDICO—35
7. BILATERALIDADE—36
8. CONSENTIMENTO INFORMADO (DO LATIM: **CUM SENTIRE**)—36
9. HISTÓRICO—38
10. PRESSUPOSTOS. SUJEITOS DA RELAÇÃO.—39
11. FORMA.—39
12. O MOMENTO DA INFORMAÇÃO—41
13. CONTEÚDO DO CONSENTIMENTO —41
14. PROVA DO CONSENTIMENTO INFORMADO.—42
15. EXCEÇÕES AO CONSENTIMENTO INFORMADO.—44

CAPÍTULO IV — 45

1. RECUSA DO PACIENTE EM CASOS ESPECIAIS. TRANSFUSÃO DE SANGUE.—45
2. A RECUSA E SEUS EFEITOS PARA O MÉDICO—47

CAPÍTULO V — 49

1. DOCUMENTAÇÃO MÉDICA—49

2. IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA CLÍNICA—52

3. FORMULÁRIOS—57

4. PRONTUÁRIO ELETRÔNICO—64

5. ORIGEM DO TERMO PRONTUÁRIO.—77

CAPÍTULO VI—79

1. NATUREZA DA RELAÇÃO JURÍDICA. RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DO MÉDICO. FORMAÇÃO GERAL E ESPECIAL. O MÉDICO E A EMPRESA MÉDICA.—79

CAPÍTULO VII—87

1. O MÉDICO E O PACIENTE. A CONDUTA MÉDICA. AÇÃO E RESPONSABILIDADE.—87

2. RESPONSABILIDADE CIVIL—87

3. DANO EXPERIMENTADO PELA VÍTIMA.—94

4. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.—95

5. JUÍZO DE ANTIJURIDICIDADE—98

6. A CULPA, EM DIREITO MÉDICO—109

7. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE. CULPA DA VÍTIMA. —120

8. A ENFERMIDADE E A AÇÃO MÉDICA. —121

9. EXISTÊNCIA DA RESPONSABILIDADE—122

10. ANÁLISE DO CASO CONCRETO—123

11. A ATUAÇÃO DO MÉDICO. ASPECTO ONTOLÓGICO.—124

12. OS OBJETIVOS E RESULTADOS DESEJADOS.—125

13. PREVISÃO DA CURA.—126

14. A CURA. AÇÃO OU EFEITO DE CURAR.—128

15. ATO MÉDICO—128

16. ATOS DO DEPENDENTE, DO SUBSTITUTO, DA EQUIPE.—130

17. INTRUSÍSMO—130

18. O MÉDICO RESIDENTE—132

CAPÍTULO VIII—137

1. AÇÃO DO MÉDICO E O FATO DA COISA.—137

2. OBLITO CIRÚRGICO—139

3. PERDA DE UMA CHANCE—145

4. FATO DA COISA. JULGADOS. DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA GUARDA DA COISA.—151

5. DANO CAUSADO PELO FATO DA COISA. EXEMPLOS.—152

CAPÍTULO IX—153

1. O DANO MÉDICO NECESSÁRIO—153

2. REGRAS DE CONDUTA NA ATIVIDADE MÉDICA. JUL-

GAMENTO CONCRETO DA CULPA. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. DEVERES SECUNDÁRIOS DE CONDUTA. OBRIGAÇÃO COMPLEXA. A CULPA.—153

3. DETERMINAÇÃO DO COMPROMISSO DE MEIO.—154

4. O MÉDICO E A OBRIGAÇÃO DE FAZER—155

5. REFERÊNCIAS DO CASO.—155

6. O CARÁTER *INTUITU PERSONAE* NA OBRIGAÇÃO.—156

7. CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DE CONDUTAS—157

8. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CUIDADOS.—157

9. PROMESSA DE UM RESULTADO ESPECÍFICO—159

CAPÍTULO X—161

1. ÉTICA COMPARADA—161

2. CRÍTICAS—162

3. CRITÉRIOS DE PRUDÊNCIA.—163

CAPÍTULO XI—165

1. A EMPRESA MÉDICA. HISTÓRICO DO SERVIÇO MÉDICO—165

2. O IDOSO E O SEGURO SAÚDE—171

3. PESSOAS JURÍDICAS—174

4. A AÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS —175
5. OBRIGAÇÕES DE MEIO E DE RESULTADO. —180
6. AS DIVERSAS TESES.—181
7. TESE CLÁSSICA.—182
8. A QUESTÃO LÓGICA.—183
9. A REALIDADE.—183
10. CRITÉRIOS DISTINTIVOS ATUAIS.—184

CAPÍTULO XII—191

1. IMPUTABILIDADE DA CULPA E DOLO. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE. O AUTOR. O ATO. A CULPA. O DANO. O NEXO CAUSAL.—191
2. REQUISITOS DO ATO ILÍCITO.—191
3. A CONDUTA MÉDICA. DIAGNÓSTICO. ESCOLHA TERAPÊUTICA. PRESCRIÇÃO.—192
4. NATUREZA DA CULPA —204
5. REQUISITOS PARA CONFIGURAÇÃO DA EXIMENTE DE RESPONSABILIDADE.—204
6. PARTICULARIDADES DO FATO DA VÍTIMA.—205
7. FATOS CONCOMITANTES: MAUS HÁBITOS, NÃO SEGUIMENTO DO TRATAMENTO.—206
8. FATOS CONCOMITANTES: PACIENTE SEM VOLUNTARIEDADE. —207

9. FATOS POSTERIORES AO ATO MÉDICO—209

10. CASO FORTUITO E MOTIVO DE FORÇA MAIOR—210

11. CONDIÇÕES DO CASO FORTUITO—212

12. CONDIÇÃO PREEXISTENTE DA VÍTIMA—214

13. ABANDONO DO TRATAMENTO—215

14. A URGÊNCIA EM ANESTESIOLOGIA.—216

15. ERRO ESCUSÁVEL—216

CAPÍTULO XIII—219

1. A PROVA DOS FATOS. CONCEITO DE PROVA JUDICIÁRIA. —219

2. PERÍCIA MÉDICA—226

3. A RESPONSABILIDADE PENAL—248

4. EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA, ARTE DENTÁRIA OU FARMACÊUTICA—253

5. OMISSÃO NA ASSISTÊNCIA A RECÉM-NASCIDOS. —254

CAPÍTULO XIV—257

1. RESPONSABILIDADE E PROCESSO PENAL. —257

2. AÇÃO PENAL.—257

3. DEFESA DO MÉDICO—258

CAPÍTULO XV — 259

1. BIOÉTICA—259
2. PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA.—260
3. O PACIENTE E A DIGNIDADE HUMANA. —261
4. BIOÉTICA E O RESPEITO À VIDA.—265

CAPÍTULO XVI — 271

1. O PROCESSO JUDICIAL NAS AÇÕES MÉDICAS. O PEDIDO DO AUTOR. A PETIÇÃO INICIAL. DOUTRINA—271
2. O PEDIDO TEM DOIS OBJETOS—271
3. IMPORTÂNCIA DO PEDIDO INICIAL—272
4. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL—273
5. FORMA DA PETIÇÃO INICIAL—273

CAPÍTULO XVII — 281

1. A DEFESA DO RÉU. INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA PEÇA PROCESSUAL. OPÇÃO CIVIL. IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO—281
2. CLASSIFICAÇÃO DA DEFESA OU EXCEÇÃO EM SENTIDO AMPLO.—288
3. DOS PRAZOS PARA A DEFESA.—290
4. DEFESA DO RÉU. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES (NO

RITO ORDINÁRIO)—292

5. ELEMENTOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA DEFESA.—293

6. DETERMINAÇÃO DO POLO PASSIVO. —295

7. CONTUMÁCIA E REVELIA. —299

8. DA PETIÇÃO RECURSAL.—300

9. RECURSOS EXISTENTES NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL. DISPOSIÇÕES LEGAIS. —301

10. DAS DECISÕES JUDICIAIS.—304

11. RECURSOS CABÍVEIS EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. —305

CAPÍTULO XVIII— 307

1. RECONVENÇÃO EM DIREITO MÉDICO. CONCEITO. CABIMENTO.—307

2. AUTONOMIA DA RECONVENÇÃO. PETIÇÃO INICIAL. PREPARO. EXTINÇÃO DO PROCESSO PRINCIPAL.—310

3. REQUISITOS DA RECONVENÇÃO.—311

4. PRESSUPOSTOS DA RECONVENÇÃO—313

5. O PROCEDIMENTO DA RECONVENÇÃO—313

6. INDEFERIMENTO LIMINAR DA RECONVENÇÃO.—316

7. RECONVENÇÃO COMO MATÉRIA ESSENCIAL DE DE-

FESA DO RÉU. NÃO OCORRÊNCIA DE REVELIA.—317

8. FALTA DE RESPOSTA E A REVELIA—318

9. NÃO OBRIGATORIEDADE DA RECONVENÇÃO.
AÇÃO AUTÔNOMA. REUNIÃO DE PROCESSOS.—320

10. VALOR DA CAUSA—320

11. O JULGAMENTO DA RECONVENÇÃO—320

ANEXO I. CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA.

— 327

ANEXO II. AÇÃO JUDICIAL. HOME CARE.

SEGURO MÉDICO. — 356

EXPRESSÕES LATINAS — 432

BIBLIOGRAFIA — 433